



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

Rua 21 de Abril, 19 – (32)3556-1215 = CNPJ 18.137.935/0001-80
CEP: 36530-000 = São Geraldo - Estado de Minas Gerais
(32)3556-1215

LEI Nº 2521/2024

REVOGA LEI MUNICIPAL Nº 1.603/2010 E CRIA NOVOS DISPOSITIVOS PARA A FEIRA DO PRODUTOR RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR DE SÃO GERALDO-MG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo do Município de São Geraldo-MG através de seus representantes
– A Câmara de Vereadores- aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo de São Geraldo-MG autorizado a criar a FEIRA LIVRE DO PRODUTOR RURAL E DO AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO.

Art. 2º - A Feira Livre do Produtor Rural de São Geraldo destinar-se-á à venda, exclusivamente a varejo, de flores, plantas ornamentais, frutas, legumes, verduras, ovos, mel, produtos da lavoura e seus subprodutos, produtos da agroindústria artesanal e artesanato.

Parágrafo Único – Permite-se à atuação, mediante autorização, no recinto da feira, de comerciantes, como ambulantes, artesãos e vendedores de produtos hortifrutigranjeiros sem produção similar no município.

Art. 3º - Fica proibida aos feirantes a venda de suínos, caprinos e bovinos, vivos e abatidos.

Art. 4º - A comercialização de produtos e subprodutos de origem animal como leite e seus derivados, linguiças e outros, será permitida com obtenção de licença dos órgãos competentes.

Art. 5º - Não será permitida a comercialização de produtos oriundos de fatos ou atos que gerem infringência de normas ambientais.

Art. 6º - Os feirantes são isentos de quaisquer tributos previstos em Lei Municipal, ficando, porém, obrigados a provarem não só a sua qualidade de produtor rural e agricultor familiar, como também a declararem o lugar de suas culturas.

Art. 7º - A Feira será gerenciada por uma Comissão, regulamentada via decreto, que deverá prioritariamente, assegurar a participação de representante da Vigilância Sanitária, representantes dos feirantes, o Técnico da EMATER-MG e representantes do setor de agricultura do município.

Art. 8º - A Comissão deverá elaborar, e submeter à aprovação, o Regimento Interno da Feira, logo após a promulgação desta Lei.



MUNICIPIO DE SÃO GERALDO

Rua 21 de Abril, 19 – (32)3556-1215 = CNPJ 18.137.935/0001-80

CEP: 36530-000 = São Geraldo - Estado de Minas Gerais

(32)3556-1215

Art. 9º - A Prefeitura Municipal fixará Decreto determinando o local, e o dia de funcionamento da Feira Livre do Produtor Rural.

Parágrafo Único – A Comissão sugerirá ao Executivo Municipal sobre o local e dias de funcionamento da Feira.

Art. 10 - As Feiras Livres funcionarão, à critério do Executivo, ouvindo a Comissão, as quais designaram os dias, horários e locais, para a efetivação.

Art. 11 – Fica a administração municipal, autorizado a criação do VALE FEIRA a ser distribuído aos colaboradores existentes no quadro de servidores, ficando a cargo do município estipular o valor a ser repassado, respeitando o orçamento do município, devendo o valor ser vinculado para que o servidor utilize exclusivamente na feira.

Art. 12 - O município poderá realizar parcerias público/privadas em benefício da valorização dos produtores rurais, assim como para efetivação e fomento da feira livre.

Art. 13 – Os locais de instalação de cada barraca serão demarcados devendo ser respeitados rigorosamente, ficando os respectivos feirantes obrigados a procederem à retirada de suas mercadorias, em até 60 (sessenta) minutos, após o horário de término de funcionamento da Feira.

Art. 14 - Os feirantes ficam obrigados a colocar placas de identificação dos produtos, preços, quantitativos, validade e todas as informações pertinentes aos interesses dos consumidores, em locais visíveis, tamanho que comporte facilidade de leitura nas mercadorias a serem vendidas.

Art. 15 – As empresas alimentícias como venda de bebidas alcoólicas, salgados e derivados poderão compor a feira, mediante aprovação da prefeitura, em quantitativos reduzidos, de proporção inferior a um quinto no mínimo de barracas dos feirantes produtores rurais.

Art. 16 – O quilograma será a medida preferencial adotada na feira, ficando a cargo da fiscalização Municipal a aferição de pesos e medidas, quando julgar necessário.

Art. 17 - Fica proibido o uso, para qualquer finalidade, das árvores existentes nas vias públicas onde se localizar a feira, salvo o estabelecimento de barracas debaixo delas, e sempre a critério da Prefeitura Municipal.

Art. 18 - Depois de descarregados, os veículos, deverão ser imediatamente retirados para outro local, a fim de se evitarem acidentes ou prejudicar o trânsito no recinto da Feira.

Art. 19 - Não é permitida a permanência ou trânsito de veículos ou animais no recinto da Feira durante o horário de seu funcionamento, cabendo aos fiscais Municipais e a Polícia Militar, tomar as medidas que julgarem cabíveis visando à retirada dos mesmos.

Art. 20 - Para as instalações das barracas, obedecer-se-á aos seguintes critérios:

- a) Espaço mínimo de 2,00 (dois) metros entre uma e outra, a fim de permitir a passagem do público;
- b) As barracas deverão ser dispostas em alinhamento;
- c) As barracas obedecerão a um tipo padrão, estipulado pela



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

Rua 21 de Abril, 19 – (32)3556-1215 = CNPJ 18.137.935/0001-80

CEP: 36530-000 = São Geraldo - Estado de Minas Gerais

(32)3556-1215

- comissão juntamente com a Prefeitura Municipal;
- d) A distribuição das barracas será feita de acordo com o que for julgado pela comissão, juntamente com a administração municipal via decreto;
 - e) O feirante é obrigado a manter sua barraca em perfeito estado de conservação e higiene;
 - f) O feirante é responsável pela limpeza da barraca e do local em torno da mesma.
 - g) Montagem e desmontagem, assim como o cuidado na hora de desmontar ficará sob responsabilidade do feirante.

Art. 21 - Não é permitido aos feirantes abandonarem no recinto da Feira, as mercadorias restantes que não tenham sido vendidas, cuja sobra deverá ser imediatamente recolhida.

Art. 22 – Poderão os feirantes, caso assim o desejarem, retirar suas mercadorias do recinto da feira, antes mesmo do término do horário de seu funcionamento.

Art. 23 - Findado o horário de funcionamento da Feira, o produtor procederá a limpeza da área recém-desocupada, o que deverá ser feito no prazo mais curto possível.

Art. 24 – O Município providenciará a instalação de lixeiras na área da Feira.

Art. 25 - O feirante ficará obrigado a estabelecer sua barraca pelo menos 03(três) vezes num período de 30(trinta) dias consecutivos, sob pena de cancelamento de sua matrícula para a categoria de Feirante Produtor Rural.

Parágrafo Único – Os membros da comissão, juntamente com a prefeitura fiscalizaram a frequência do feirante.

Art. 26 - Na disciplina interna das feiras, ter-se á em vista:

- I - Manutenção da ordem e do asseio;
- II - Equilíbrio no seu provisionamento, obedecendo a uma regularidade de oferta;
- III - Proteção aos feirantes e consumidores contra manobras prejudiciais aos seus interesses

Art. 27 – O número de feirantes será determinado pela Comissão e homologação do Executivo Municipal.

Art. 28 – A matrícula do feirante será feita mediante a apresentação de documentos à EMATER-MG, ou outro local a ser regulamentado em Decreto Municipal.

Art. 29 – A matrícula será concedida a título precário, podendo ser cancelada a qualquer tempo caso haja descumprimento de qualquer artigo desta Lei ou do Regimento.

Art. 30 – A concessão, revogação, suspensão será de responsabilidade do órgão do Executivo Municipal responsável pela Feira ouvida a Comissão.

Art. 31 – Mais de um produtor poderá se associar para participar da Feira, com uma única barraca, porém, todos eles deverão ser cadastrados.

Art. 32 – Cada feirante não poderá ter mais de uma matrícula, consequentemente, não poderá também possuir mais de uma barraca, e todos deverão residir no município.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

Rua 21 de Abril, 19 – (32)3556-1215 = CNPJ 18.137.935/0001-80

CEP: 36530-000 = São Geraldo - Estado de Minas Gerais

(32)3556-1215

Art. 33 – Não é permitido aos feirantes comercializar produtos não classificados nesta Lei.

Art. 34 – Somente serão permitidas as transferências de matrículas nos seguintes casos:

- a) Perante aviso prévio a comissão e aprovação da mesma
- b) Por encaminhamento dos feirantes e aprovado pela Comissão da Feira.
- c) Substituição por motivo de incapacidade ou falecimento do feirante cadastrado inicialmente.

Art. 35 – A matrícula será cassada, quando constatada a prática das seguintes infrações:

- 1) Venda de mercadorias deterioradas;
- 2) Cobrança superior aos valores fixados nas plaquetas;
- 3) Fraude nos preços, medidas ou balanças;
- 4) Comportamento que atente contra a integridade física ou moral;
- 5) Permissão de atividades por pessoas não credenciadas;
- 6) Transgressão de natureza grave das disposições constantes desta Lei;
- 7) E outras infrações constantes do Regimento Interno.

§Único: a sanção definida no presente artigo poderá ser substituída por multa ou suspensão desde que comprovada a ausência de danos a terceiros e nenhuma ou baixa favorecimento financeiro para o feirante.

Art. 36 – A manutenção da ordem e da disciplina, bem como a segurança no expediente da Feira, estará a cargo da Polícia Militar, com assistência da Secretaria de Segurança Pública do Município.

Parágrafo Único – Ao fiscal caberá manter rigorosa fiscalização no que se refere à higiene, examinar os produtos expostos à venda, mandando retirar os que julgar impróprios ao consumo, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei, ficando ainda, responsável pela elaboração do relatório das ocorrências verificadas no recinto da Feira, o que será feito em livro próprio, que ficará sob a guarda da Prefeitura Municipal e levado ao conhecimento da Comissão da Feira.

Art. 37 – Cabe à Secretaria Municipal de Saúde juntamente com a Vigilância Sanitária, fiscalizar a produção, a qualidade, a origem e a venda dos alimentos.

Art. 38 – Fica o Município autorizado a contratar atrações artísticas, assim como contratação ou aquisição de brinquedos destinados público infantil para fomentar a feira, respeitado o orçamento municipal.

Art. 39 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 40 – Revogue-se as disposições em contrário.

São Geraldo-MG, 02 de dezembro de 2024.

Walmir Rocha Lopes
Prefeito Municipal